

## **A implantação de instituições escolares na fronteira do Brasil/Paraguai no período do Território Federal de Ponta Porã – 1943 a 1946**

Autor: Marcelo Pereira Rocha<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
mp.rocha1983@bol.com.br  
Coautora: Silvia Helena Andrade de Brito<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul  
silvia.brito@ufms.br

### **Introdução**

O presente artigo tem como objeto a implantação de instituições escolares, destacando as particularidades das mesmas na fronteira Brasil/Paraguai, em especial no Território Federal de Ponta Porã – TFPP, durante o período de sua existência, ou seja, de 1943 a 1946. Serão examinados os motivos que orientaram a ocupação daquele espaço, assim como Getúlio Vargas direcionou a política e a economia no Brasil durante o seu governo de 1930 a 1945, para logo em seguida analisar-se o processo de ocupação da região Centro-Oeste, expresso na chamada Marcha para o Oeste.

Na última seção deste artigo, enfatiza-se, além da criação do Território Federal de Ponta Porã, a expansão das instituições de ensino na região. Para tal, são utilizados como fontes primárias Leis, Decretos, Relatórios dos Governadores/interventores das cidades que compunham o TFPP, especialmente, das cidades de Ponta Porã e Maracaju (capitais do TFPP), além da revisão de fontes secundárias existentes sobre o objeto em estudo.

### **Projeto de desenvolvimento político e econômico na Era Vargas**

No Brasil do início do século XX, as principais atividades econômicas estavam mais voltadas para o mercado externo do que para o mercado interno, ou seja, “configurando um território nacional desarticulado, pouco integrado internamente e constituído por complexos regionais exportadores”<sup>3</sup>.

De acordo com Nagle<sup>4</sup>, nas décadas de 1920 e 1930 observa-se a passagem do sistema econômico com características agrário-comerciais para um outro mais autônomo, urbano-industrial. No entanto, no que diz respeito à política econômica externa nos anos iniciais da década de 1930, conforme Francisco Corsi<sup>5</sup>,

[...] não são ainda observadas grandes discontinuidades em relação ao período anterior. Apesar da crise, o governo buscou manter uma política econômica externa ortodoxa. O agravamento da situação das contas externas, no entanto, levaria, também nesse campo, o governo Vargas a trilhar, pouco a pouco, outros caminhos.<sup>6</sup>

Para Corsi a crise de 1929 repercutiu profundamente nos países da América Latina. Sendo assim, o referido colapso econômico, que culminou com o *crash* da bolsa de valores de Nova Iorque, contribuiu para a desvalorização do principal produto de exportação do Brasil, ou seja, o café. Nessa perspectiva, Fernandes<sup>7</sup> salienta que “[...] tornou-se clara a necessidade de mudança no eixo de acumulação da economia nacional, já que estando pautado na monocultura de exportação deixava o país vulnerável aos acontecimentos externos.”<sup>8</sup>

De acordo com Silva, “[...] a crise de 1929 rompeu as formas de acumulação assentadas na economia agroexportadora a favor de um crescimento endógeno e de um mercado integrado, orientado para o crescimento industrial”<sup>9</sup>. No entanto, é relevante atentar-se para as seguintes ressalvas de Corsi,

A política econômica implementada entre 1930 e 1937 dificilmente pode, contudo, ser considerada nítida manifestação de um projeto de desenvolvimento centrado na indústria. De fato buscaram-se novos rumos, mas o projeto industrializante não estava maduro ainda.<sup>10</sup>  
Uma postura nitidamente industrializante só se verificaria na segunda metade da década de 1930, em especial no Estado Novo, quando se definiu um projeto de desenvolvimento nacional.<sup>11</sup>

É relevante lembrar que Getúlio Vargas chegou à presidência do Brasil porque ajudou a “desencadear em 03 de outubro de 1930, por um movimento armado, a tomada do poder de Washington Luís Pereira de Sousa”<sup>12</sup>.

A ascensão de Vargas ao poder, segundo Demier, foi caracterizada por uma “autonomia relativa”, pois não assumiu a representatividade de “outra classe ou fração de classe em particular”<sup>13</sup> em detrimento, à época, da “burguesia cafeeira”. Conforme ainda o mencionado autor, Vargas “elevou-se por sobre todas as frações do capital justamente para preservar aquilo que, essencialmente, interessava a todas elas: a manutenção da sociedade burguesa no Brasil”<sup>14</sup>. Já para Corsi,

O projeto desenvolvimentista de Vargas conseguiu garantir um desempenho econômico bastante razoável e avançar na diversificação da economia brasileira. Desse ponto de vista o projeto varguista foi um sucesso como resposta à Grande Depressão. O fracasso desse projeto parece residir sobretudo nos resultados sociais do crescimento e na incapacidade de completar o processo de industrialização. Cabe também destacar que esse projeto não pode ser considerado como algo acabado e formalmente definido, com metas e organismos de controle estabelecidos. Nesses termos, dificilmente encontraremos qualquer projeto no período. O projeto de Vargas era muito mais um processo em construção, que mesmo ao final do Estado Novo apenas chegou a ser esboçado.<sup>15</sup>

De fato, as propostas de Vargas apontavam para uma dinâmica “político-administrativa” diferente dos períodos anteriores, mas a política nacional-desenvolvimentista da Era Vargas aconteceu sem um planejamento previamente estabelecido<sup>16</sup>. Corsi<sup>17</sup> sublinha, por sua vez, que o referido “Projeto Nacional de desenvolvimento” não pode também ser compreendido como uma proposta que correspondesse aos interesses de toda a nação.

Ianni<sup>18</sup> alerta que ao se mencionar o termo “projeto” nesse período não se deve associá-lo à ideia de planejamento, pois ele considera que é provavelmente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945) que o planejamento de uma política estatal começava a ser incorporado enquanto uma prática governamental no Brasil.

Nesse sentido, apresenta-se logo abaixo como o governo federal avançou na sua proposta de “(re) colonizar” as regiões pouco habitadas e produtivas, pelo menos aos olhos do governo central, por meio da Marcha para o Oeste, o que favoreceu a expansão do parque industrial, especialmente, do sudeste do país.

### **Ocupação da região Centro-Oeste: a Marcha para o Oeste**

Cabe inicialmente dizer que a cidade de São Paulo, desde o período de 1900-1910 foi assumindo “o papel de centro econômico do país”, pois no mencionado período a capital paulista exportava para os demais estados brasileiros 15% do total de sua produção e 85% para outros países. No decorrer das décadas de 1910 a 1960, “essa porcentagem foi invertida, passando para 84% e 16% respectivamente”<sup>19</sup>.

É importante compreender que São Paulo foi se beneficiando economicamente ao longo do tempo, como indicam Brito<sup>20</sup> e Silva<sup>21</sup>. Os dois autores evidenciam que os discursos de Vargas, com a intenção de consolidar o seu projeto nacionalista, apontavam para uma política que objetivava integrar as distintas regiões econômicas

do Brasil. Para a concretização da proposta era preciso fazer coincidirem as fronteiras econômicas com as fronteiras políticas.

Em outros termos, no pronunciamento de Getúlio Vargas ao tratar dessa questão, existiam duas fronteiras: uma de natureza política — qual seja, a fronteira representada pelos limites territoriais propriamente ditos; e uma fronteira econômica, cuja característica era ser uma *fronteira móvel*, cuja tendência deveria ser sua progressiva integração e expansão, alcançando desta forma a necessária coincidência entre esta última e a fronteira política.<sup>22</sup>

Sendo assim “[...] cabia, através do *imperialismo interno*, fazer com que as ilhas de prosperidade industrial ocupassem os espaços despovoados, desfizessem o arquipélago e rearticulassem o país continental [...]”<sup>23</sup>. Silva destaca ainda que o “imperialismo interno” correspondia à “[...] integração das regiões de baixa densidade demográfica ao circuito produtivo nacional; pela reorganização das relações sociais das diferentes regiões do país e pela formação de um mercado de produção e de consumo”<sup>24</sup>.

Vargas incorporou ao discurso nacionalista a ideia de integração nacional por volta de 1937. Neste período também foi instituída a campanha da “Marcha para o Oeste”, desencadeando um “[...] processo de ocupação do chamado vazio demográfico com desenvolvimento econômico regional e incentivo ao consumo dos produtos industriais”<sup>25</sup>. Dizendo de outra forma, conforme Silva, “passava-se, portanto, a integrar o mercado nacional sob o predomínio de São Paulo. À periferia nada mais restava do que se ajustar a uma função complementar da economia de São Paulo”<sup>26</sup>.

A Marcha para o Oeste favoreceria a ocupação do interior do país, o que permitiria acelerar a vinculação inter-regional. A referida autora explica que o “[...] projeto viria responder a necessidades imediatas, surgidas no próprio movimento de expansão do capitalismo no país”<sup>27</sup>. É preciso enfatizar ainda que, para a ideia de Marcha, “[...] seria utilizada a alegoria da Nação que segue em marcha, rumo ao crescimento do Brasil, numa alusão à ideia de igualdade [...]”<sup>28</sup>. No entanto, o que de fato se constatava “[...] com a integração dos sertões era solidificar a produção industrial, e impor-se a presença do Estado onde [até então] vigoravam [apenas] as leis dos coronéis”<sup>29</sup>.

Na realidade, o que se tem não é simplesmente um desejo integracionista em busca de uma Nação mais bem estruturada. A Marcha para o Oeste é mais uma imagem que se cria visando legitimar o regime autoritário e a ordem

capitalista no Brasil. O Oeste só seria de fato desbravado ao apresentar atrativos ao capital e esse processo de ocupação reunia interesses comuns de uma burguesia emergente, latifundiários, e do Estado, desejoso por expandir sua soberania.<sup>30</sup>

Schallenger e Schneider, por sua vez, argumentam que a política nacional expansionista na Era Vargas conhecida como Marcha para o Oeste objetivava, além da integração nacional, “[...] a organização dos territórios, garantindo, dessa forma, além da segurança e da efetiva posse, a exploração produtiva de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas”<sup>31</sup>.

Por fim, Hahn e Morigi, ao tratarem sobre a Marcha para o Oeste, são bem categóricos em afirmar que “a palavra de ordem do governo Vargas passava a ser de nacionalização das fronteiras [...]”<sup>32</sup>. Para os autores, a presença dos estrangeiros nas áreas de fronteiras na década de 1930 já causava “certo desconforto” ao Estado brasileiro, permitindo a intensificação de discursos nacionalistas, assim como a preocupação com a segurança nacional. Conforme os autores, instituiu-se uma política de ocupação que objetivava nacionalizar as fronteiras e controlar o espaço geográfico da nação brasileira por meio da migração interna.

Para esse projeto nacionalista, a educação teria um papel fundamental. De acordo com Oliveira e Sousa, foi em meio aos anos do “[...] governo de Vargas e os debates de construção do estado nacional e da nacionalidade [...]”<sup>33</sup> que a ideia de centralização da educação no Brasil foi retomada, colocando-a aos cuidados do domínio federal em oposição à política de descentralização, adotada nas primeiras décadas do período republicano.

Com relação a essa questão, Oliveira e Sousa evidenciam que a transferência da responsabilidade da educação para os entes federados do Brasil contribuiu para a formação de “dois modelos paradigmáticos”<sup>34</sup>:

[...] o que se manifesta nos estados do Sul e Sudeste que assumiram a responsabilidade pelo atendimento educacional e construíram, ao longo do século XX, sistemas próprios de ensino, recorrendo subsidiariamente aos municípios;

[...] o dos estados do Norte e Nordeste em que estes se omitiram de construir um sistema de ensino de massas e tal responsabilidade foi precariamente assumida pelos municípios.<sup>35</sup>

No caso dos estados do Centro-Oeste, observa-se, na sua maioria, um processo semelhante aos do Norte e Nordeste, mas é interessante destacar que “[...] os antigos territórios federais, Amapá, Roraima, Rondônia [Guaporé] e Fernando de

Noronha”<sup>36</sup> avançaram um pouco mais na construção dos seus sistemas de ensino, pois eram financiados pelo governo federal.

Quanto ao TFPP, embora o mesmo não tenha sido citado acima em função de sua extinção precoce pela Constituição de 1946, é relevante argumentar que se iniciou ali certa expansão das instituições escolares, especialmente, do nível primário.

Desta forma, torna-se relevante apresentar brevemente o referido Território para então analisar os estabelecimentos de ensino primário e normal criados naquele momento histórico.

### **A criação do Território Federal de Ponta Porã e a expansão das instituições escolares**

O Território Federal de Ponta Porã (TFPP) foi criado no decorrer do governo Vargas (1930–1945), pelo Decreto-lei n. 5.812, de 13 de setembro de 1943. É relevante lembrar que o mencionado decreto criou, ainda, os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé e do Iguazu.

Conforme o 4º artigo deste Decreto-lei, o Território Federal de Ponta Porã tinha como limites

A Oeste e Noroeste, pelo rio Paraguai desde a foz do rio Apa até à foz do rio Miranda; a Nordeste, Leste (sic) e Sudeste, pela rio Miranda, desde à sua foz no Paraguai, até à foz do rio Nioaque, subindo por este (sic) até à foz do córrego Jacarêzinho (sic), segue subindo por este até à sua nascente e daí em linha reta e sêca (sic), atravessa o divisor de águas entre o Nioaque e Carandá até à nascente do córrego Laranjeira, desce por este até à sua foz no rio Carandá, continua descendo por este até à foz no rio Taquarussú (sic), prossegue até à foz do ribeirão Corumbá, sobe por este até à foz do rio Cangalha, subindo até à sua nascente, daí segue pelo divisor de águas até à nascente do rio Brilhante, desce por este até à sua foz no rio Ivinhema, continua por este abaixo até à sua foz no rio Paraná, descendo por este até à fronteira com o Paraguai, na Serra do Maracajú.<sup>37</sup>

Instalou-se o TFPP, conforme Océlio de Medeiros, com um formato semelhante a um “paralelogramo”, estendendo-se do noroeste para o sudeste “[...] desde a margem esquerda do rio Paraguai até a margem direita do rio Paraná [...]”<sup>38</sup>. O Território se encontrava “entre duas vias de circulação fluvial”<sup>39</sup> mais importantes dessa região (bacias do Rio Paraguai e do Rio Paraná), sendo por isso um dos principais locais de escoamento dos produtos do Sul de Mato Grosso. Isso era complementado por sua não menos importante área de fronteira com o Paraguai.

De acordo, ainda, com Medeiros, o TFPP compunha-se, à época, de sete municípios, sendo que alguns deles mantiveram os seus limites territoriais sem alterações. Eram eles: Bela Vista, Dourados, Ponta Porã e Porto Murtinho. No caso de Maracaju e Nioaque, preservou-se a maior parte de seus territórios; no entanto, pequenas porções de terras ficaram sobre a administração de Mato Grosso. O município de Miranda nem sustentou, nem perdeu parte do seu espaço físico, e sim adicionou o distrito de Porto Esperança que, antes da implantação do TFPP, estava dentro dos limites da jurisdição de Corumbá<sup>40</sup>.

Destaca-se que durante o período de sua existência, a capital do TFPP alternaram-se, ao menos nas legislações, entre Ponta Porã, que era a cidade mais populosa do Território, tendo sido sua sede entre 13 de setembro de 1943 e 31 de maio de 1944. O Decreto-lei nº 6.550 alterou a capital para a cidade de Maracaju, mas por força do Decreto-lei nº 9.380, de 18 de junho de 1946, a sede administrativa do TFPP voltou a ser Ponta Porã<sup>41</sup>. Ainda sobre esses municípios, cabe apresentar a sua população na década de 1940, quando da criação do TFPP (tabela 1).

**Tabela 1** – População dos municípios do Território Federal de Ponta Porã – 1943.

<b>Município</b>	<b>População</b>
Bela Vista	13.775
Dourados	14.985
Maracaju	5.160
Miranda	12.137
Nioaque	4.674
Ponta Porã	32.996
Porto Murtinho	7.185
<b>TOTAL</b>	<b>90.912</b>

Fonte: (MEDEIROS, 1946, p. 167)

É interessante observar a argumentação de Medeiros, ao destacar que, entre os territórios criados na gestão Vargas, o

[...] Território Federal de Ponta Porã [...] É o de maior número de municípios e, economicamente (sic), o mais importante, podendo servir de base de uma comunidade brasileiro-paraguaia, que teria a Estrada de Ferro Noroeste como sua espinha dorsal.<sup>42</sup>

Na tabela 2, demonstra-se que o TFPP, em número de habitantes, só era menor que o Território Federal do Iguaçu – TFI. O TFPP e o TFI eram aproximadamente quatro vezes mais populosos que os Territórios Federais do Amapá e do Guaporé e tinham sete vezes mais habitantes que o Território Federal do Rio Branco.

Em que pese esse fato, deve-se enfatizar igualmente que a população do TFPP era predominantemente rural, com a concentração de 77,06% das pessoas morando em fazendas<sup>43</sup>.

**Tabela 2** – População dos Territórios Federais referente ao ano de 1940

<b>Território Federal de (o)</b>	<b>População</b>
Amapá	21.191
Rio Branco	12.130
Guaporé	21.297
Ponta Porã	90.912
Iguaçu	96.848
Fernando de Noronha <sup>44</sup>	1.065
<b>TOTAL</b>	<b>243.443</b>

Fonte: (MEDEIROS, 1946, p. 166)

Nesse sentido, de acordo com o ex-governador do TFPP, José Luiz de Albuquerque, o Decreto-lei n. 5.812 de 1943 não esclareceu as principais razões que estimularam o Governo Federal a criar e instalar cinco Territórios Federais. Segundo ele,

[...] com a ausência dêsses (sic) argumentos, que avultam aos olhos dos brasileiros que tenham visão do conjunto nacional e não apenas da órbita estadual – ao combate de tão útil e patriótica medida, sem dúvida alguma o primeiro passo para a ocupação efetiva dêsses vastos *acúmenos* (sic) espalhados Brasil a fora, nos quais, por certo, riquezas ponderáveis se encontram em estado latente [...]<sup>45</sup>

O referido ex-governador evidencia que era preciso nacionalizar os “vastos acúmenos”<sup>46</sup>, ou seja, “colonizar o País, apossar-se da imensa porção de solo pátrio que jaz abandonada, improdutiva, desnacionalizada, in natura, [sendo esse] [...] dever precípua do Govêrno Central [...]”. Ele enfatiza ainda que com o TFPP, buscou-se também combater o “regionalismo doentio”<sup>47</sup>.

Além disso, Medeiros argumenta que se o objetivo da criação do TFPP fora combater a ocupação de indivíduos provenientes do Paraguai. A simples criação do



Território, como não fora acompanhada por outras iniciativas, não estava conseguindo atingir o seu objetivo, isto é, o de amenizar a penetração de pessoas do país vizinho.

Segundo o autor:

[...] se um dos objetivos da criação do Território Federal de Ponta Porã, 'no interesse (sic) da defesa nacional', consiste em formar uma fronteira de tensão (capaz de servir de anteparo à influência *garanizante* que se observa, fortemente, ao longo da faixa, sugerindo possibilidade de uma futura ameaça de '*uti possidetis*' paraguaio), parece que o mesmo será frustrado, se o Govêrno (sic) Brasileiro não adotar, quanto antes, as bases de uma séria política financeira internacional, mesmo que para isso tenha de despende vultuosos (sic) empréstimos a longo prazo.<sup>48</sup>

Apesar disso, reconhece que, mediante o TFPP, a fronteira do Brasil com o Paraguai foi transformada em "fronteira viva". É importante dizer que foram criados serviços de vigilância, com a presença da guarda territorial. Construíram-se lanchas para auxiliar no patrulhamento das áreas fluviais, que também seriam usadas no "[...] transporte de funcionários do Território, médicos, engenheiros, inspetores escolares, agrônomos, etc. [...]"<sup>49</sup>. Pode-se citar, ainda, como melhoramentos

[...] uma rêde (sic) de rádio-telegrafia, para o que adquiriu nada menos que 21 estações emissoras-receptoras. Uma dessas, com a potência de 1.000 watts, seria instalada em Ponta Porã, Capital do Território e diretamente ligada à Polícia do Distrito Federal. As demais, com a potência de 350 watts, eram destinadas às sedes dos municípios e aos postos de guardas [...]. Completando o que podemos chamar de segurança da fronteira, criara o Governo (sic) o Serviço Aéreo Territorial [...]"<sup>50</sup>

Os melhoramentos buscavam combater principalmente o contrabando do que era produzido na fronteira do Brasil com o Paraguai, especialmente o mais rentável, ou seja, a produção da erva mate. Conforme Albuquerque, houve "[...] decréscimo do crime em mais de 70% e o aumento da renda federal originada da exportação da erva-mate [...] aumentando a renda do País e diminuindo a das nações vizinhas [...]"<sup>51</sup>. Entende-se por "nações vizinhas", de acordo com o ex-governador Albuquerque, o Paraguai e a Argentina, a qual era a maior compradora da erva mate do Brasil.<sup>52</sup>

No que tange aos melhoramentos na área da educação, é pertinente dizer, segundo o ex-governador Albuquerque, que os "Territórios representam, não há [de se] negar, ao longo das fronteiras, fator indiscutível de nacionalização, de civilização, enfim"<sup>53</sup>. Ele expressa, também, a ideia de que a mentalidade do "homem da fronteira" não estava compatível com os interesses nacionais, até porque estes indivíduos não sentiam os benefícios das cobranças dos impostos.

Nessa medida, caberia ao Estado se fazer presente e atuante na região, e um dos campos privilegiados para tal era a educação. Vale lembrar que antes da criação do Território, o número de escolas criadas/implantadas pelo estado de Mato Grosso na região da fronteira Brasil/Paraguai, onde se instalou a nova unidade federativa, era de 52. Estas escolas, na sua maioria, eram estabelecimentos de ensino isolados, existindo na época apenas o Grupo Escolar de Ponta Porã (Grupo Escolar Mendes Gonçalves), construído pela Empresa Mate Laranjeira. Com esses estabelecimentos, no entanto, atendia-se apenas 12% da população em idade escolarizável no período em questão<sup>54</sup>.

O governo territorial criou inspetorias escolares para acompanhar as instituições e planejar a instalação, principalmente, de escolas de ensino primário<sup>55</sup>. Como já afirmado, considerando-se as características do povoamento do Mato Grosso, encontrava-se a população não apenas concentrada nas áreas rurais como também muito dispersa, sendo comum a presença de grandes áreas de terras desocupadas entre as propriedades. Desta forma, o consenso entre os inspetores foi o de criar, preferencialmente, escolas rurais isoladas onde se encontravam núcleos de população mais densos. Segundo Albuquerque, “nos anos de 1945 e 1946, foram criadas 139 dessas escolas [rurais isoladas] nas pequenas povoações onde a estatística acusava mais de 25 crianças em idade escolar”<sup>56</sup>.

Os inspetores propuseram para as áreas de extração de erva-mate a implantação de escolas primárias denominadas de escolas-ambulantes/itinerantes, e para os locais em que predominava a pecuária, foi proposta a instalação de escolas-internatos. Os estabelecimentos denominados de escolas itinerantes teriam a colaboração do Ministério da Guerra; já as escolas com característica de internato receberiam contribuições dos fazendeiros. Com a criação de 320 escolas<sup>57</sup>, conforme as características acima, buscou-se atender, satisfatoriamente, toda a população escolarizável, especialmente da zona rural do TFPP<sup>58</sup>.

Tratando-se dos cursos noturnos, conforme o Relatório de 1946, foram criados e instalados de imediato por meio do Decreto n. 18 de 23 de janeiro de 1946, “cinco dêsses (sic) estabelecimentos, nas sédes (sic) dos municípios de Ponta Porã, Dourados, Nioaque, Bela Vista e Miranda”<sup>59</sup>, sendo que os outros seis estavam no planejamento para serem implantados nos anos seguintes. Ainda segundo o citado

Relatório, os professores eram os mesmos que lecionavam no diurno, mas recebiam uma gratificação para desenvolverem suas atividades nas classes do turno noturno<sup>60</sup>.

É relevante ressaltar as dificuldades encontradas para que a instalação adequada dessas atividades se efetivasse. Dessa forma, o “[...] Hotel, Centro operário, Quartel da Guarda e Escola Normal, como medida de economia, em face da situação econômica do País [que] não comporta tais gastos, no momento”, de fato, não se realizaram<sup>61</sup>. Sobre a instituição de formação de professores, é importante dizer que “[...] mesmo sem verba para a construção do Prédio destinado a êsse (sic) Curso [Normal Regional], adaptou-se um de madeira, aparelhando-o com o material indispensável, anteriormente adquirido para a Escola Normal [...]”<sup>62</sup>.

Dessa forma, o Curso Normal Regional “Princesa Isabel” - CNRPI, objetivando preparar novos professores para as escolas primárias recém-implantadas e para as que se pretendia criar, foi criado pelo Decreto nº 34 de 27 de abril de 1946, em conformidade com o 4º artigo da Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8.530), expedida em 02 de janeiro de 1946<sup>63</sup>, sendo essa uma das últimas iniciativas a se efetivarem, em termos da questão educacional, no TFPP.

### **Algumas considerações finais**

Concluindo, é importante frisar que o TFPP foi instalado em meio à chamada “Marcha para o Oeste”. Desencadeada pelo governo federal, a referida marcha, entre outros aspectos, permitiu a ocupação mais expressiva da fronteira do Brasil com o Paraguai. Com a (re)colonização dessas regiões distantes dos grandes centros urbanos, buscava-se ampliar a produção de matéria-prima para as emergentes indústrias do sudeste, bem como estabelecer nestas localidades mercados que passaram a ser potenciais consumidores de produtos industrializados.

Pode-se afirmar ainda que, com a criação e instalação do Território Federal de Ponta Porã, o governo central não apenas avançou consideravelmente com o seu objetivo de aproximar a fronteira econômica da fronteira política, como passou cada vez mais a controlá-la de forma direta.

Um dos elementos considerados fundamentais para que esse projeto integracionista se realizasse era a educação. Com a expansão das instituições escolares, o governo federal, durante a presidência de Getúlio Vargas, pretendia,

sobretudo com as escolas rurais isoladas, envolver os habitantes, especialmente das regiões de fronteiras, no seu propósito de integração do país.

Nesse sentido, o governo do TFPP priorizou a criação e implantação de escolas isoladas que atendessem sobretudo a população rural que perfazia a maior parte dos habitantes do Território. Além disso, atento à necessidade de formar professores que atendessem as novas instituições escolares criadas, instalou um curso normal regional, tendo sido esta sua última iniciativa em termos de política educacional no ano de 1946, alguns meses antes da extinção do TFPP.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

<sup>2</sup> Docente e orientadora do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS.

<sup>3</sup> Cf. SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v. 31, p. 26-42, 2016.

<sup>4</sup> NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2ª edição, São Paulo: DP&A, 2001, p. 21.

<sup>5</sup> CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: UFJF, v. 13, n. 2, p. 247-260, 2007.

<sup>6</sup> Ibidem, p. 250.

<sup>7</sup> FERNANDES, Arissane Dâmaso. A Expansão da Fronteira e a Formação de uma Ideologia no Brasil. *Revista História Hoje*. Florianópolis: UDESC, v. 4, n. 10, p. 01-12, 2006.

<sup>8</sup> CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: UFJF, v. 13, n. 2, p. 247-260, 2007, p. 4.

<sup>9</sup> Cf. SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v. 31, p. 26-42, 2016, p. 27.

<sup>10</sup> CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: UFJF, v. 13, n. 2, p. 247-260, 2007, p. 251.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 251.

<sup>12</sup> ROCHA, Marcelo Pereira. O Ensino Secundário no Sul do Estado de Mato Grosso no contexto das reformas educacionais: O Ginásio Osvaldo Cruz (1927-1949). 2010, 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, 2010, p. 34.

<sup>13</sup> DEMIER, Felipe Abranches. O Longo Bonapartismo Brasileiro (1930-1964): Autonomização Relativa do Estado, Populismo, Historiografia e Movimento Operário. 2012, 506f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2012, p. 378-379.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 379.

<sup>15</sup> CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: UFJF, v. 13, n. 2, p. 247-260, 2007, p. 249.

<sup>16</sup> IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996; BASTO, Pedro Paulo Zahluth. A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base. *Economia - Anpec*, Brasília (DF), v. 7, n. 4, p. 239-275, 2006.

<sup>17</sup> CORSI, Francisco Luiz. Política Externa e Desenvolvimento no Estado Novo. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: UFJF, v. 13, n. 2, p. 247-260, 2007, p. 248.

<sup>18</sup> IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

<sup>19</sup> CANO; GUIMARÃES, 1986, p. 178 apud SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da

criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v. 31, p. 26-42, 2016, p. 29.

<sup>20</sup> BRITO, Sílvia Helena Andrade de. Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954). 2001. 372f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.

<sup>21</sup> Cf. SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v. 31, p. 26-42, 2016.

<sup>22</sup> BRITO, Sílvia Helena Andrade de. Educação e Sociedade na Fronteira Oeste do Brasil: Corumbá (1930-1954). 2001. 372f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001, p. 30 (grifo da autora).

<sup>23</sup> VARGAS, 1941, p. 31 apud SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v. 31, p. 26-42, 2016, p. 27 (grifo nosso).

<sup>24</sup> Cf. SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v. 31, p. 26-42, 2016, p. 27.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 31-32.

<sup>26</sup> CANO; GUIMARÃES NETO, 1986, p. 61 apud SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v. 31, p. 26-42, 2016, p. 29.

<sup>27</sup> Cf. SILVA, Walter Guedes. A estratégia de integração do sul do estado de Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da colônia agrícola nacional de Dourados em 1943. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v. 31, p. 26-42, 2016, p. 4.

<sup>28</sup> FERNANDES, Arissane Dâmaso. A Expansão da Fronteira e a Formação de uma Ideologia no Brasil. *Revista História Hoje*. Florianópolis: UDESC, v. 4, n. 10, p. 01-12, 2006, p. 6.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 6.

<sup>31</sup> SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial -ações de governo e dinâmica do capital. *Sociologias*, Porto Alegre: UFRGS, ano 12, n. 25, set./dez., p. 202-222, 2010, p. 207.

<sup>32</sup> HAHN, Fábio André; MORIGI, Josimari de Brito. A Fronteira em Questão: Estudo da Ocupação de Mamborê/PR. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá: UFMT, v. 8, n. 1, jan. jun., 2015, p. 264.

<sup>33</sup> OLIVEIRA, Romualdo Portela; SOUSA, Sandra Zákia. O federalismo e sua relação com a educação no Brasil (introdução). In: OLIVEIRA, Romualdo Portela; SANTANA, Wagner (Orgs.). *Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade*. Brasília: UNESCO, 2010, p. 16.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 15-16.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>37</sup> BRASIL. Decreto de 13 de setembro de 1946. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: [www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br) Acesso em: 02 de fevereiro de 2015, p. 38.

<sup>38</sup> MEDEIROS, Océlio de. *Administração Territorial* (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 164.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 164.

<sup>40</sup> Corumbá no período em questão era a segunda cidade mais importante do estado de Mato Grosso, isto é, ficava atrás apenas da capital Cuiabá. (ROCHA, 2010, p. 60)

<sup>41</sup> ROCHA, Marcelo Pereira; BRITO, Sílvia Helena Andrade de. A Implantação do Curso Normal Regional no Território Federal de Ponta Porã/MT (1943-1946). HISTEDBR, 2016, Campinas, SP. *Apresentações*. Campinas: UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/schedConf/presentations> Acesso em: 03 agosto de 2016, p. 6-7.

<sup>42</sup> MEDEIROS, Océlio de. *Administração Territorial* (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 163.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>44</sup> A criação do Território Federal de Fernando de Noronha - TFFN, pelo Decreto-Lei nº 4.102, de 09 de fevereiro de 1942. O referido Território foi desmembrado do estado do Pernambuco. No entanto a criação deste Território insere-se no contexto dos Territórios criados pelo Decreto-Lei 5.812 de 13 de setembro de 1943.

<sup>45</sup> RELATÓRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. Relatório do TFPP, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1946. Dourados/MS: Centro de Documentação Regional/CDR, 2015, p. 6-7. (grifo nosso).

<sup>46</sup> Acredito que a grafia esteja errada. Sendo que foi encontrado ecúmeno que, resumidamente, significa área habitável ou habitada da Terra que apresenta condições adequadas à ocupação humana.

<sup>47</sup> RELATÓRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. Relatório do TFPP, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1946. Dourados/MS: Centro de Documentação Regional/CDR, 2015, p. 7.

<sup>48</sup> MEDEIROS, Océlio de. *Administração Territorial* (Comentários, subsídios e novas leis). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 161 (grifos do autor).

<sup>49</sup> RELATÓRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. Relatório do TFPP, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1946. Dourados/MS: Centro de Documentação Regional/CDR, 2015, p. 8.

<sup>50</sup> Ibidem, p. 8.

<sup>51</sup> Ibidem, p. 7.

<sup>52</sup> Um elemento importante nessa disputa era a Companhia Matte Laranjeira, empresa que surgiu de uma concessão imperial ao comerciante Thomaz Laranjeira, por serviços prestados na Guerra do Paraguai (LINHARES, 1969). Guimaraes (1999), por sua vez, argumenta que a extração da erva mate foi monopolizada pela Empresa Mate Laranjeira desde o período imperial, pois teria sido a Corte que autorizou a empresa, por meio do Decreto nº 8.799, de 09 de dezembro de 1882, a explorar os ervais em terras devolutas (p. 217-218). De acordo com Bittar (2009), “Em 1915, o governo garantiu o fim do monopólio, abrindo nova era à região dos ervais, permeabilizando-a à penetração dos pequenos proprietários” (p. 67), num momento em que a sede da Empresa já se encontrava na Argentina. No entanto, foi nos anos de 1940 que ocorreu a queda dos ervais mato-grossenses, (ALBANEZ, 2013), para o que foi decisiva a atuação do governo central, na medida em que incentivou a produção ervateira em outras regiões do país por meio do Instituto Nacional do Mate.

<sup>53</sup> RELATÓRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. Relatório do TFPP, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1946. Dourados/MS: Centro de Documentação Regional/CDR, 2015, p. 7.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>55</sup> ROCHA, Marcelo Pereira; BRITO, Silvia Helena Andrade de. A Implantação do Curso Normal Regional no Território Federal de Ponta Porã/MT (1943-1946). HISTEDBR, 2016, Campinas, SP. *Apresentações*. Campinas: UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/schedConf/presentations> Acesso em: 03 agosto de 2016, p. 8.

<sup>56</sup> RELATÓRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. Relatório do TFPP, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1946. Dourados/MS: Centro de Documentação Regional/CDR, 2015, p. 30.

<sup>57</sup> Lembrando que a criação de 320 instituições de ensino era a meta dos governadores do TFPP para universalizar o ensino na região.

<sup>58</sup> ROCHA, Marcelo Pereira; BRITO, Silvia Helena Andrade de. A Implantação do Curso Normal Regional no Território Federal de Ponta Porã/MT (1943-1946). HISTEDBR, 2016, Campinas, SP. *Apresentações*. Campinas: UNICAMP, 2016. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/schedConf/presentations> Acesso em: 03 agosto de 2016, p. 8-9.

<sup>59</sup> RELATÓRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. Relatório do TFPP, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1946. Dourados/MS: Centro de Documentação Regional/CDR, 2015, p. 35.

<sup>60</sup> ROCHA, Marcelo Pereira; BRITO, Silvia Helena Andrade de. A Implantação do Curso Normal Regional no Território Federal de Ponta Porã/MT (1943-1946). HISTEDBR, 2016, Campinas, SP,

---

Apresentações. Campinas: UNICAMP, 2016. Disponível em:  
<https://www.fe.unicamp.br/eventos/ged/histedbr2016/xhistedbr/schedConf/presentations> Acesso em:  
03 agosto de 2016, p. 9.

<sup>61</sup> RELATÓRIO DO TERRITÓRIO FEDERAL DE PONTA PORÃ. Relatório do TFPP, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, no ano de 1946. Dourados/MS: Centro de Documentação Regional/CDR, 2015, p. 9.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 36.

<sup>63</sup> Ibidem, p. 36.